

Portal da Transparência - Governo Federal - <http://www.portaltransparencia.gov.br>

## Você está em:

Início » CEIS » Empresa ou Pessoa Consultada

## EMPRESA OU PESSOA CONSULTADA - CEIS

**Tipo de Pessoa:** Jurídica  
**CNPJ:** 14.193.613/0001-05  
**Nome informado pelo Órgão sancionador:** APARECIDA DAS DORES SILVA- ME  
**Razão Social - Cadastro Receita:** KADOSHI LTDA - ME  
**Nome Fantasia - Cadastro Receita:** KADOSHI LTDA - ME  
**Quantidade de registros encontrados:** 2  
**Última atualização do Sistema:**

**Data da consulta:** 19/06/2017  
**Data da atualização:** 19/06/2017

**Hora da consulta:** 09:58:34  
**Hora da atualização:** 08:10:29

<b>Detalhamento da Sanção Aplicada</b>		
<b>Tipo da sanção:</b>	Impedimento - Lei do Pregão	
<b>Fundamentação legal:</b>	Art. 7, Lei 10520/2002	
<b>Descrição da fundamentação legal:</b>	Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.	
<b>Data de início da sanção:</b>	13/12/2016	
<b>Data de fim da sanção</b>	12/12/2018	
<b>Data de publicação sanção:</b>	13/12/2016	
<b>Publicação</b>	Diário Oficial da União Seção 1 Pagina 32	<b>Detalhamento do meio de publicação:</b>
<b>Data do trânsito em julgado:</b>	**	
<b>Número do processo:</b>	23075.145717/2016-87	
<b>Abrangência definida em decisão judicial:</b>	**	
<b>Órgão sancionador:</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	
<b>Complemento do órgão sancionador:</b>		
<b>UF do órgão sancionador:</b>	PR	
<b>Origem da informação:</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	<b>Endereço:</b> .
<b>Contatos da origem da informação:</b>	.	ceis@cgu.gov.br
<b>Data da informação:</b>	22/12/2016	

<b>Detalhamento da Sanção Aplicada</b>		
<b>Tipo da sanção:</b>	Impedimento - Lei do Pregão	
<b>Fundamentação legal:</b>	Art. 7, Lei 10520/2002	
<b>Descrição da fundamentação legal:</b>	Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.	
<b>Data de início da sanção:</b>	05/05/2017	
<b>Data de fim da sanção</b>	05/05/2020	
<b>Data de publicação sanção:</b>	12/05/2017	
<b>Publicação</b>	Diário Oficial da União Seção 3 Pagina 7	<b>Detalhamento do meio de publicação:</b>
<b>Data do trânsito em julgado:</b>	**	
<b>Número do processo:</b>	19/2015	
<b>Abrangência definida em decisão judicial:</b>	**	
<b>Órgão sancionador:</b>	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	
<b>Complemento do órgão sancionador:</b>		
<b>UF do órgão sancionador:</b>	DF	
<b>Origem da informação:</b>	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	<b>Endereço:</b> .
<b>Contatos da origem da informação:</b>	.	ceis@cgu.gov.br
<b>Data da informação:</b>	16/05/2017	

\*\* Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

## ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.